timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XII PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 123 ABRIL 1996

ONU: INCENTIVO AOS VIOLADORES

Seja pela crise financeira em que se encontra, seja porque outros valores mais alto se levantam, a ONU tem tido uma atitude contemporizadora para com os violadores dos direitos humanos

A 52ª reunião anual da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (CDH) iniciou-se, como habitualmente em Genebra, no passado dia 18 de Março tendo decorrido durante as 6 semanas seguintes.

POUCOS DIREITOS E MALTRATADOS

Com a ONU mergulhada numa crise financeira sem precedentes, os trabalhos da Comissão decorreram sob o espectro de substanciais cortes orçamentais e uma chuva de críticas de inúmeras ONG sobre o estado a que a Comissão chegou, caracterizado por uma perversa inoperacionalidade.

Representativa deste mal-estar foi a atitude assumida pela Amnistia Internacional (AI), ao recusar intervir perante a Comissão, em protesto pelo primado dado às relações e interesses comerciais entre Estados com total subalternização do esforço para fazer respeitar os direitos humanos no mundo.

Isso, porém, não a impediu de enviar - e divulgar - o seu relatório à CDH. Desmascarando a hipocrisia em que a Comissão cai constantemente, a AI desafiou a mesma a actuar de forma firme, considerando que a falta de informação já não é mais um argumento válido. Ano após ano, a CDH tem sido confrontada com relatos detalhados produzidos pelos seus Relatores Especiais e Grupos de Trabalho, governos, ONG, e no entanto, falha em tomar medidas efectivas.

Relativamente à Indonésia, a AI realçou ainda o claro falhanço das autoridades deste país em implementar as recomendações das Declarações consensuais produzidas durante as duas últimas sessões da Comissão.

EMBARAÇOS ALEMÃES

O ambiente que pairou durante a 5ª semana desta sessão foi marcado pela invasão da Embaixada alemã em Jacarta por 8 jovens timorenses que pretendiam solicitar asilo político.

Quando Ramos-Horta, em nome da Resistência timorense, usou da palavra depois daqueles dramáticos acontecimentos, acusou a Alemanha de ser indirectamente conivente com a actuação das forças militares indonésias.

Foi evidente o nervoso patenteado pela representação alemã. Num plenário habituado a múltiplas referências a violações de direitos humanos de países como a China, Indonésia ou Cuba, uma objectiva e contundente referência aos acontecimentos ocorridos em Jacarta, envolvendo a Alemanha, provocou uma inusitada atenção. Elementos da representação visada apressaram-se, no final do depoimento de Ramos-Horta, a solicitar-lhe uma urgente reunião em privado na tentativa de minimizar o ocorrido em Jacarta.

No interior da sala do plenário, onde se encontravam várias centenas de pessoas pertencentes às diversas representações diplomáticas, ONG, etc, e onde no decorrer da sessão se constatou um claro alheamento em relação ao decurso normal da mesma, foi gratificante constatar que, tanto a intervenção de Ramos-Horta como a de Carlos Borromeu (o qual relatou os abusos - tristemente habituais e brutais - de que foi alvo por parte do exército indonésio), arrebataram a atenção de muitos dos presentes, tendo sido, naquela semana, dos depoimentos que mais interesse despertaram.

DECLARAÇÃO DESASTROSA

Relativamente a Timor Leste, a Comissão iniciou os seus trabalhos tendo em mãos o relatório produzido pelo Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos, o equatoriano José Ayala Lasso, que visitou Timor Leste nos princípios de

neste número:

INCENTIVO AOS VIOLADORES

CIDADÃO MÁRIO VIEGAS

AS ELEIÇÕES COMO DIREITO

Dezembro do ano passado, visita esta acordada na sessão de 1995 da CDH. Ayala Lasso caracterizou como "*muito graves*" as violações dos direitos do Homem naquele território.

Foi neste quadro que se iniciaram os contactos entre a UE (representada pela Itália) e a Indonésia, com vista à obtenção de uma declaração consensual a ser endossada pela Comissão.

Não sabemos se da "famosa" tomada de posição da UE sobre Timor, anunciada pelo MNE Jaime Gama nas vésperas da conferência da ASEM em Banguecoque, e nunca tornada pública, constava algum acordo sobre as sessões da CDH, mas a verdade é que o comportamento da UE foi vergonhoso e justificador das denúncias feitas pela Amnistia.

Desde o início que a posição da Itália - e da União - foi o de apostar unicamente na declaração por consenso. E fê-lo de uma forma tão ostensiva que o regime indonésio não se sentiu minimamente ameaçado para ceder nas suas posições. A diplomacia italiana - e da União - deixou arrastar as conversações até 19 de Abril, a data limite para apresentação de resoluções para votação.

Portugal, que pareceu não ter estratégia autónoma, ou se tinha foi incapaz de a impor. Foi a reboque.

O resultado foi uma declaração por consenso que representa um grave recuo relativamente ao aprovado em anteriores sessões. Recorde-se que apenas por duas vezes a Indonésia foi condenada nesta Comissão: em 1983, o primeiro ano em que a questão foi abordada, e em 1993. Em 92, 94 e 95 foram adoptadas declarações de consenso.

Primando pela ausência de qualquer sinal condenatório, a declaração contém afirmações que não correspondem à verdade e cujo único objectivo é o de recuperar a imagem do regime instalado em Jacarta. No seu ponto 4 é referido, como um dado positivo, "*um maior acesso, recentemente concedido, (...) aos meios de comunicação internacionais*". É sabido que, desde Julho do ano passado, os correspondentes estrangeiros acreditados na capital indonésia, apesar de todos os seus esforços, não têm conseguido autorização para entrar no território. Os únicos que lá entraram - dois jornalistas canadianos, um do *Globe and Mail*, outro da *CBC Radio* - em Janeiro, fizeram-no sob a capa de turistas.

Quanto ao escritório das Nações Unidas em Jacarta para acompanhamento da situação dos direitos humanos, cujos funcionários poderiam visitar Timor Leste quando o solicitassem, transformou-se, no ponto 5, num "*funcionário do PNUD*" (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) para "*acompanhar a implementação do acordo de ccoperação técnica*" no campo dos direitos humanos, e mesmo isto foi apenas "*provisoriamente acordado*" como uma "*possibilidade*" a ser "*encarada*".

Também no ponto 6 não é feita qualquer referência de qual o relator especial que visitará o território em ... 1997! Vai ser o regime indonésio a decidi-lo, ao relator e à data? Isto significa, no mínimo, que só na sessão de 1998 haverá relatório da visita. E até lá, vai o mundo continuar a assistir às violações dos direitos humanos por aquele regime?

SOBRE O CIDADÃO MÁRIO VIEGAS, PARA XANANA

1 de Maio de 1996

Mostrou-se no primeiro contacto 'muito disponível e com curiosidade', como disse a Luísa [Teotónio Pereira]. A curiosidade não foi na questão de Timor, por parte dos portugueses informados, uma atitude-regra. Até às imagens do massacre de 12 de Novembro. Quando se manifestavam tinha então para nós, um valor estimulante. Quantas vezes víamos no olhar e nos gestos das pessoas um fechar de portas do tipo 'estou solidário mas não me contes mais'. Convicção no que se divulga e aprendizagem em várias dimensões foram elementos de fórmula do trabalho deste pequeno grupo de portugueses que tinha como prioritário tornar a questão de Timor Leste uma questão nacional.

'Amigável, bem-disposto, prestável...' foi como o Carlos Sant'Ovaia caracterizou o modo como Mário Viegas correspondeu ao pedido que a CDPM lhe fez naquele 7 de Dezembro de 1986. Desde 1983 'Dia Internacional de Solidariedade com Timor Leste' por decisão dos grupos de solidariedade com Timor, em Portugal e fora de Portugal, havia que escolher como o nosso grupo assinalaria esse dia.

Era o tempo das rádios locais. Inúmeras e por todo o país. Aguardavam legislação e apoios e mantinham uma vivacidade que marcaram um momento único na comunicação via rádio portuguesa. Decidimos que, de acordo com essa realidade, produziríamos uma cassete audio com informação de vários tipos: informações breves, textos de análise, música... e poemas. Distribuída a muitas dessas rádios, que aderiram à iniciativa como não esperávamos, da cassete difundiram, no dia 7 de Dezembro, partes ou a totalidade. Foi produzida nos estúdios da primeira casa da TSF com colaborações solidárias de todos a quem pedimos participação. Mário Viegas foi quem escolhemos para dizer poesia feita por timorenses.

Segundo Carlos Sant'Ovaia, 'quando chegou à TSF [um estúdio pequeno] na cabina de gravação ainda estavam a gravar textos a Guiomar [Belo Marques] e o Mário [Dias]. Espalhou no chão as cópias dos poemas que lhe tínhamos entregue e leu-os em silêncio. Seleccionou uns quantos. Logo a seguir foi para a cabina de gravação e entrou logo à primeira. De uma assentada disse-os todos.'

Combináramos que alguns de nós iriam também ler textos. Cheguei à saída de Mário Viegas. Estavam a Luísa e o Carlos. Apesar de o tempo em estúdio ser precioso não resisti pedir para ouvir o último poema que Mário Viegas gravara. Não havia nenhuma cadeira e tive que me encostar à parede. Em silêncio. O seu poema 'Pátria', comandante, tocou-me como antes não me tocara. De tal modo que hoje Pátria, a minha, também tem a ver com a sua 'Pátria' com a voz de Mário Viegas.

Conto-lhe isto comandante, não porque isto tenha tido peso na vossa luta, mas porque achei que gostaria de saber e também porque faz hoje um mês que morreu o cidadão Mário Viegas.

Teresa Galhardo

P.S. - Guardamos essa cassete para lhe entregarmos.

AS ELEIÇÕES COMO DIREITO POLÍTICO

Estão marcadas para o próximo ano as eleições para o parlamento indonésio. A crescente presença da classe média na sociedade promete vir dar uma nova dinâmica a esta rotina de legitimação do poder

Chegados ao poder através de um sangrento golpe de Estado em Outubro de 1965 (as referências oscilam entre os 500.000 e o milhão de mortos) que destruiu uma recente mas viva experiência democrática, os militares vencedores foram edificando, aos poucos, os mecanismos de legitimação (e preservação) do poder conquistado.

A CONSTRUÇÃO DA LEGITIMIDADE

Em Julho de 1971 têm lugar as primeiras eleições pós-golpe. Sai vencedor o Golkar (*Gologan Karya*, Grupos Funcionais), uma federação de vários grupos de interesses criada nos princípios da década de 60 pelas ABRI (Forças Armadas da República da Indonésia) para combater a influência das organizações de massas do PKI (Partido Comunista Indonésio).

Em Janeiro de 1973 passaram a ter estatuto legal apenas três partidos políticos: o Golkar, o PPP (*Partai Persatun Pembangunan*, Partido da Unidade para o Desenvolvimento), resultante da fusão forçada de 4 partidos islâmicos existentes na altura, e o PDI (*Partai Demokrasi Indonesia*, Partido Democrático Indonésio), formado a partir da fusão - também forçada - do Partido Nacionalista Indonésio, o maior partido antes do golpe de 65, com os partidos cristãos e outros pequenos partidos. Qualquer deles foi obrigado a adoptar como sua ideologia oficial a ideologia do Estado, o *Pancasila*.

Em Agosto de 1975 um projecto lei completou o quadro ao restringir o campo de actuação dos partidos à doutrinação e mobilização dos seus membros para que estes dessem o seu leal apoio ao governo. Os partidos eram livres enquanto usassem dessa liberdade *"de uma forma responsável com o objectivo de ajudar ao desenvolvimento nacional"*. Não podiam criticar o programa do governo porque este tipo de liberdade *"tinha produzido um desastre nacional no passado."*

Para além disto, as direcções partidárias saídas dos Congressos têm que ser aprovadas pelas autoridades, que já interferiram antes ao condicionar/impôr a escolha dos delegados a esses Congressos.

A este pesado sistema de controlo e legitimação do poder chama o regime *"democracia orientada"*. Não surpreende, assim, que nos actos eleitorais que se desenrolaram desde então o Golkar tenha ganho sempre e folgadamente.

UM NOVO QUADRO SOCIAL

Nos últimos anos assiste-se a um crescente questionar deste *status quo*. Os analistas são unânimes em associar esse questionamento ao emergir de uma classe média e de uma massa de assalariados urbanos que vêm afirmando, de uma forma ainda incipiente, os seus interesses próprios: a desregulamentação da economia, o "despoliciamento" da sociedade.

Às lutas pela liberdade de imprensa, pela liberdade de organização sindical, têm vindo a juntar-se as reivindicações pela liberdade de associação política, pelo fim do quadro legal repressivo, pela livre participação dos cidadãos na definição dos destinos colectivos.

Estas tensões internas são alimentadas pelo renovar permanente dos desafios postos pela Resistência timorense, a que se juntou, recentemente, a instabilidade na Papua Ocidental, também ela a sacudir os 30 anos de colonialismo indonésio.

O quadro em que se desenrolará o próximo acto eleitoral, a ter lugar em Junho de 1997, apresenta já algumas inovações, filhas do novo clima social que se vive na Indonésia.

OS OLHOS E OS OUVIDOS DA DEMOCRACIA

O primeiro sintoma de mudança vem dos sinais de esgotamento da actual "camisa de forças" partidária indonésia.

Em finais de Novembro passado era anunciado o aparecimento de três novos grupos reivindicando-se do nome de partidos políticos do passado: o Partido Nacionalista, o Masyumi, um partido islâmico, e o Parkindo, o antigo partido protestante. Observadores atribuíram o aparecimento destas organizações à incapacidade dos partidos autorizados em exprimir os novos anseios das populações (*IPS*, 30/11/95).

Em finais de Fevereiro a imprensa indonésia noticiava que Megawati, a filha do antigo Presidente Sukarno e dirigente máximo do PDI, vinha participando em várias plataformas com outras destacadas figuras da oposição. Entre estas contar-se-íam Gus Dur, dirigente da *Nahdlatul Ulama*, a mais importante organização religiosa islâmica, e o ex-deputado do PPP Sri Bintang Pamungkas, expulso do parlamento e presentemente a ser julgado em Jacarta sob a acusação de ter insultado a figura do Chefe de Estado aquando de uma sua deslocação à Alemanha que coincidiu com as violentas manifestações que então ocorreram em Hanover e Dresden contra a presença do Presidente indonésio.

Por outro lado, era anunciado que o PDI estava a participar com o LBH (Instituto de Apoio Jurídico) na constituição de uma comissão para supervisionar as eleições de 97, no âmbito de contactos que vinham à meses a ser desenvolvidos entre personalidades e grupos pró-democracia com vista a pôr de pé uma plataforma tão ampla quanto possível. Assim nasceu oficialmente a 15 de Março a KIPP (*Komite Independen Pemantau Pemilu*, Comissão Independente para o Acompanhamento das Eleições). É a primeira vez, desde o golpe, que uma

organização com estes fins é criada na Indonésia. O seu presidente é o jornalista do semanário *Tempo*, Goenawan Mohamad. Na ocasião, um dos seus promotores disse que a KIPP pretendia ser "*os olhos e os ouvidos da democracia*".

Entre as figuras que aderiram à iniciativa constam o Prof. Arief Budiman, expulso da Universidade de Salatiga por contestar os métodos seguidos na mesma, o Prof. Loekman Soetrisno, que orientou a equipa da Universidade de Gajah Mada que fez um estudo no terreno sobre os traumatismos na população timorense provocados pelo processo de integração, Sri Bintang Pamungkas, Muchtar Pakpahan, o dirigente da central sindical independente que ainda recentemente esteve no nosso país e que, ao regressar à Indonésia, concedeu uma entrevista reconhecendo o referendo como a melhor solução para o problema de Timor, Haji Princen, um defensor dos direitos humanos que também já esteve entre nós, o gen. Ali Sadikin, antigo governador militar de Jacarta e um dos mais activos elementos do grupo reformista "Petição dos 50", etc.

Outros notáveis da sociedade indonésia, figuras da hierarquia das igrejas, de organizações como o ICMI, a associação de intelectuais islâmicos patrocinada pelo poderoso Ministro da Investigação e Tecnologia Habibie, a Associação dos Estudantes Islâmicos, a Associação dos Estudantes Católicos Indonésios, o grupo ecologista Walhi, as novas formações políticas como o PRD e o SMID, aderiram igualmente, mostrando bem que os sentimentos pró-democracia estão a ganhar raízes entre as elites indonésias.

UMA NOVA CONSCIÊNCIA POLÍTICA

O segundo sintoma de mudança foi a proliferação de comissões locais da KIPP a que se assistiu nos dias a seguir ao anúncio do seu lançamento.

"*Apesar da atitude crítica do governo relativamente à nova organização independente, a KIPP tem sido entusiasticamente recebida por toda a Indonésia*" (*Kompas Online*, 27/3/96).

De acordo com os organizadores teriam sido criadas, por iniciativa local, comissões em Aceh, Lampung, Yogyakarta, Bandung, Manado, Solo, Semarang, Ujung Pandang, além de Jacarta. Locais houve, como em Bali, em que surgiram mais do que uma comissão.

Por todo este impacto o *Kompas*, o diário de maior tiragem na Indonésia, decidiu efectuar uma sondagem em Jacarta, num universo seleccionado aleatoriamente da lista telefónica, num total de 918 entrevistados.

Segundo o jornal, "*embora as respostas não sejam indicativas da sociedade no seu todo, fornecem um perfil das sensibilidades das classes média e alta da capital.*" Cerca de 50% foram a favor da existência da KIPP enquanto só 6% foram contra. Dos primeiros, 54% disseram que o faziam por não confiarem no actual sistema eleitoral. Perto de 34% dos inquiridos concordaram em que a presença da KIPP elevaria o nível de participação no processo eleitoral porque ela reflecte uma nova consciência política e um novo interesse pela democracia. Comentário do jornal: "*Isto representa uma viragem importante na história política da Indonésia, porque, até à data, as eleições eram olhadas mais como um dever moral do que como um direito político. Por conseguinte, esta nova disponibilidade de um sector da sociedade pode ser interpretada como um sinal de que a classe média se está a tornar crescentemente crítica por natureza.*"

Como disse um intelectual islâmico citado pelo *Kompas*, "*esta organização terá talvez pouco impacto* (sobre as eleições). *Mas o seu impacto moral para a democracia na Indonésia será enorme*" (*Kompas Online*, 27/3/96).

"A ABRI TEM QUE MUDAR"

A multiplicação das declarações oficiais e oficiosas anti-KIPP, as ameaças veladas ou descaradas de representantes do poder, as acções intimidatórias, ainda com carácter pontual, proliferaram também.

O regime - ABRI, Golkar, ... - considerou a KIPP não só desnecessária - o quadro legal existente era suficiente para garantir um processo eleitoral livre e imparcial - como inconstitucional, pois o controlo sobre o mesmo competia à Comissão Nacional de Eleições (*Straits Times*, 28/3/96).

O Ministro Coordenador dos Assuntos Políticos e da Segurança, Susilo Sudarman, disse ao *Jakarta Post* que a KIPP, embora inconstitucional, era "*aceitável*" desde que não interferisse com os trabalhos do órgão governamental responsável por acompanhar o processo.

Por sua vez o chefe das Forças Armadas, gen. Feisal Tanjung, avisou que os militares não hesitarão em actuar contra qualquer tentativa para perturbar as eleições gerais ou para semear a desunião e o descontentamento no país. O general reconheceu, porém, que o comportamento dos militares tem que mudar "*dado o desenvolvimento económico da Indonésia, a globalização e os apelos para uma maior transparência a nível interno*" (*IMN - Indonesia Media Network*, 28/3/96).

O primeiro "incidente" conhecido ocorreu no dia 26 de Março, em Lampung, Sumatra, aquando da reunião para estabelecer o ramo local da Comissão. A polícia interrompeu o encontro e prendeu dois dos seus participantes alegando que a mesma não tinha a necessária autorização para se realizar (*Voz da América*, 28/3/96).

O segundo "incidente" ocorreu em Bandung, Java Ocidental, quando as autoridades impediram a criação da secção local da KIPP. Conforme declarou à imprensa o chefe do serviço de informações militares da região, a política do Comando Militar Distrital era clara: proibir "*qualquer movimento que perturbasse o sistema existente. 'Isto não se aplica apenas à KIPP', sublinhou*" (*IMN*, 18/4/96).

Dias mais tarde, os jornais noticiavam que o nome do secretário-geral da KIPP, Mulyana Kusumah, antigo director executivo do LBH, constava da lista dos membros das organizações proibidas. Esta lista, criada pelas autoridades militares a seguir ao golpe de 65, inclui os nomes de todos aqueles que foram acusados de fazerem parte de organizações de esquerda no tempo de Sukarno, entre os quais, maioritariamente, os activistas do PKI e das organizações de massas por ele influenciadas. Aos elementos desta lista são-lhes negados quaisquer direitos políticos, não podendo por isso votar (*IMN*, 23/4/96).

Entretanto, a KIPP anunciou já que apenas cessará a sua actividade depois da escolha do Presidente, em 1998.

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3º E, 1050 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317